

**A Passagem do Trabalho Escravo para o
Assalariado e Suas Repercussões Sobre a
Industrialização Brasileira.**

Newton Linhares Pereira

Fortaleza, 1993.

**A Passagem do Trabalho Escravo Para o
Assalariado e Suas Repercussões Sobre a
Industrialização Brasileira**

Newton Linhares Pereira

**Monografia submetida a coordenação do
curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Ceará, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel**

**orientador:
Professor Roberto Smith**

Fortaleza, 1993

A passagem do trabalho escravo para o Assalariado e Suas Repercussões Sobre a Industrialização Brasileira.

Monografia submetida à coordenação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em Fortaleza, ___ de agosto de 1993.

Roberto Smith
Orientador

Maria Cleide Carlos Bernal

Agamenon Tavares de Almeida

AGRADECIMENTO:

De minha parte agradeço ao Sr. Roberto Galfré pela colaboração na obtenção dos dados estatísticos, à Banca examinadora, à Biblioteca e funcionários da FEAPAC, do CAEN e do IBGE que colaboraram desde o início até o fim da pesquisa.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	8.
CAPÍTULO 1: A ESCRAVIDÃO, O TRÁFICO E SUAS RESTRIÇÕES NO BRASIL.....	9.
CAPÍTULO 2: AS MODALIDADES DE INSERÇÃO DO TRABALHO LIVRE NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	19.
CAPÍTULO 3: CAFÉ, IMIGRAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO:	
3.1) UMA MUDANÇA QUALITATIVA NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	24.
3.2) COMPARAÇÃO ENTRE A ECONOMIA CAFEEIRA E AÇUCAREIRA.....	48.
CONCLUSÃO.....	56.
BIBLIOGRAFIA.....	58.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Evolução da Produção de Café no Estado de São Paulo.....	19.
TABELA 2: Percentagem dos Principais Produtos de Exportação.....	24.
TABELA 3: Evolução da Imigração Europeia para o Brasil (1885-1913).....	29.
TABELA 4: Estimativas das Necessidades de Trabalho da Atividade Cafeeira de São Paulo (região metropolitana de Santos), 1887-1913.....	32.
TABELA 5: Resultados Gerais de Inquerito Segundo Gêneros de Indústria (1918).....	34.
TABELA 6: Evolução das Importações Brasileiras, 1889-44, 1870-75.....	36.
TABELA 7: Estação de Comércio do Brasil (1825-1900).....	37.
TABELA 8: Evolução do Nível de Crescimento da População em São Paulo e Rio de Janeiro (1872-1920).....	41.
TABELA 9: Valor das Importações e da Produção Nacional em 1907.....	47.
TABELA 10: As Vinte e Sete Mais Importantes Indústrias do Brasil (1907).....	51.
TABELA 11: A Distribuição da Indústria de Tecidos no Território Brasileiro.....	54.

RESUMO

A colonização brasileira foi viabilizada pela atividade açucareira, que utilizou trabalho escravo africano.

O café passa a ser o principal produto agrícola brasileiro de exportação a partir da terceira década do séc. XIX, e esta cultura cria as expressivas taxas.

No momento em que a agricultura estava a precisar de mais mão-de-obra escrava, com a expansão cafeeira, o fluxo de escravos africanos é interrompido com o fim do tráfico negreiro, que deve ser encarado como quase que uma "imposição" da Inglaterra.

Uma grande massa de imigrantes europeus é introduzida no país para sanar a escassez de mão-de-obra da atividade cafeeira.

Os imigrantes se integram à economia brasileira basicamente sob duas formas de trabalho, o "colonato" no campo e o "assalariado" nos centros urbanos.

Os centros urbanos dos regimes de café, experimentam um grande crescimento populacional, provocado pela transferência de imigrantes do campo para a cidade.

O crescimento urbano gera o surgimento de um mercado interno para "bens de consumo", e surge a indústria nacional de "trabalhadores proletários". A indústria cresce bastante nesta fase e se especializa na produção de "wage goods", a maior concentração de capitais de comércio nesta situação nesta produção. Comparando-se a atividade mercantil-açucareira com a "cafeeira", a indústria é interrompida com a industrialização.

INTRODUÇÃO:

A economia brasileira apesar do expressivo desenvolvimento econômico da segunda metade deste século, é considerada uma economia do terceiro mundo, subdesenvolvida.

A razão do atraso econômico-industrial brasileiro tem sido uma preocupação de muitos estudiosos da economia brasileira, e sob vários pontos de vista este assunto tem sido abordado.

O presente trabalho se propõe a tentar mostrar como se deu a introdução no país de relações de trabalho mais avançadas e compatíveis com o desenvolvimento capitalista industrial, e quais os motivos que levaram a esta mudança.

As relações de trabalho, sejam escravocratas, ou do tipo trabalho livre, vigentes na economia, neste estudo desempenham um importante papel na dinâmica econômica-social, e por isso são consideradas em parte responsáveis pelo atraso ou desenvolvimento da economia brasileira.

O desenvolvimento e as conclusões desta monografia, são em parte corroborados por dados e estatísticas.

Este estudo tem a intenção de dar informações ao leitor, de como se processou a introdução da hegemonia do trabalho assalariado na economia brasileira, e quais as causas e efeitos deste processo.

1) A ESCRAVIDÃO, O TRÁFICO E SUAS RESTRIÇÕES NO BRASIL.

O sistema escravocrata já existia antes do descobrimento do Brasil, pois havia o escravismo na antiguidade o modelo greco-romano,mas o modelo instalado no país era algo "novo",ou seja era um escravismo destinado especificamente a uma produção mercantil, comercial.

O modelo econômico implantado no país era baseado na "plantation" que era caracterizado pela utilização do trabalho escravo,grandes propriedades agrícolas e monocultura,cuja produção era voltada para o mercado externo.

A escravidão se caracterizava pelo fato de uma pessoa pertencer a outra,ou seja o indivíduo passava a ser uma propriedade de outro.

Os escravos eram "igualados" a animais irracionais,"bens semoventes",por parte do sistema econômico-social,mas em se tratando de "crimes" que cometiam contra seus senhores, ganhavam o "status" de ser humano e eram tratados com grande rigor:

"Já os escravos, quando não se aplicavam o castigo privado e se devia levá-los aos tribunais eram julgados com todo rigor, e, seja no Brasil como nos Estados Unidos, numerosos

acabavam a vida na forca."¹

Quando se tratava de crimes dos senhores, ou homens livres contra escravos havia um tratamento bastante "parcial" e tendencioso a favor dos criminosos;

"Se bem que a legislação positiva portuguesa e brasileira nunca tivesse admitido o direito de vida e morte sobre o escravo, os senhores e feitores assassinos de escravos sequer eram incomodados no Brasil colonial. No século XIX, se a denúncia do crime chegasse a alguma autoridade judiciária, esta ficava conivente com o criminoso e atribuía a morte do escravo a acidente ou suicídio.... Episódio excepcional foi, em 1861, o do fazendeiro paulista Antônio Ferreira Cardoso, assassino de quinze escravos que, na iminência de ser preso preferiu suicidar-se dentro de casa. (24)"²

O sistema "escravocrata" foi implantado no Brasil, como uma maneira de oferecer abundante mão-de-obra para a empresa agrícola do açúcar. Esta era uma especiaria bastante apreciada e relativamente escassa na Europa da época.

Portugal já tinha uma experiência anterior na produção do açúcar em algumas ilhas de seu domínio no Atlântico, e uma questão era capital; a da proteção de sua colônia americana, que ficaria "seriamente" prejudicada caso o reino não encontrasse uma fonte de recursos para financiá-la. Então a produção açucareira foi

¹ Gorender, Jacob, O Escravismo Colonial, 4. ed., revista e ampliada, São Paulo, Editora Ática, 1985, (624 p.), pag:55.

² id ibid, pag:55

a atividade escolhida para a viabilidade da colonização do país.

Uma questão era fundamental: como "convencer" cidadãos europeus a se deslocarem de seu continente para a América para trabalhar num serviço bastante pesado e estafante? A resposta a esta pergunta seria oferecer um salário, remuneração, ou outro tipo de vantagem superior aos que eles recebessem nos países de origem, mas a consequência disto seria que a lucratividade do empreendimento açucareiro ficaria bastante rebaixada.

A solução para o problema do trabalho, foi a introdução da mão-de-obra escrava. À princípio estes trabalhadores eram os indígenas, pois dentre os privilégios que eram dados aos "donatários" das terras brasileiras, estava o de escravizar índios sem limites de quotas.

Lugares da colônia em que a atividade principal não era a plantação de cana, se especializavam na atividade de "caça" aos silvícolas para escravização. Era o caso de "São Vicente"-hoje São Paulo-. E a partir dos anos de 1755-58 a escravização de índios é proibida, isto se dá porque a coroa portuguesa procura ratificar e expandir o seu território à oeste do limite do tratado de Tordesilhas.

Os índios, se considerados cidadãos da coroa portuguesa, legitimavam a posse do território para Portugal. Nessa fase a coroa entrou em conflito com os jesuítas, que acabam sendo expulsos do país tendo os seus bens confiscados. Os jesuítas ofereciam um risco de perdas territoriais para Portugal, daí as medidas tomadas pelo marquês de Pombal.

A importação de negros africanos ocorre a partir do momento em que se comprova a viabilidade da empresa açucareira.

Portugal quando começa a introduzir mão-de-obra escrava em sua colônia americana, já dominava possessões na África - Congo, Angola e Moçambique - e isto veio então a facilitar o tráfico. Os portos da então "África portuguesa" passaram a ser os maiores em termos de "exportação de negros".

A viagem da África para o Brasil durava de 35 a 50 dias.

O comércio de "pessoas" se desenvolveu muito, tornando-se importante fonte de riqueza para os traficantes, o tráfico negreiro era visto com grande "naturalidade" na época, inclusive instituições como a Igreja e seus representantes não se opuseram ao comércio humano. A ordem dos jesuítas era a maior proprietária institucional de escravos no Brasil;

"Por exemplo, o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821), figura destacada do iluminismo, identificava-se com os interesses dos proprietários de terras no Brasil e argumentava que tanto a escravidão quanto o tráfico de escravos (descrito este último como um "comércio legal", uma "forma de comércio") eram indispensáveis ao desenvolvimento agrícola do Brasil, onde as terras abundavam e a mão-de-obra escasseava e, por conseguinte, a prosperidade e a segurança de Portugal e do Império em geral. (2)"³

³ Bethell, Leslie - A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil: a grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869; Rio de Janeiro, editora expressão e cultura; São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1974, 406p. Ilust. 21 cm, pag. 19.

A princípio tal comércio contava com apoio total das nações hegemônicas da Europa, que também participavam desta próspera atividade. Com o passar do tempo, já no início do séc.XIX, a Inglaterra resolveu abolir o tráfico de escravos, e começou a pressionar outros países a procederem da mesma forma.

Qual o motivo da Inglaterra ter se tornado o "paladino da liberdade", não se contentando em acabar com a escravidão somente em seus domínios, mas procurar acabar com o sistema escravocrata em todos os lugares do globo?

Um dos fortes motivos foi porque com a introdução do trabalho livre em suas colônias, o açúcar produzido pelas mesmas estava perdendo a sua competitividade no mercado internacional em decorrência do aumento dos custos, e conseqüentemente dos preços em relação a produção de regiões escravocratas, entre elas o Brasil e Cuba.

A Grã-Bretanha foi a responsável pelo fim do tráfico negreiro internacional, e especificamente do Brasil, visto que as autoridades locais não tinham o menor interesse pelo seu fim, muito pelo contrário, o tráfico era considerado "essencial" ao desenvolvimento econômico do país.

A única forma de se rechaçar o tráfico negreiro seria a utilização da marinha britânica no combate e caça aos navios negreiros. Essa prática ocasionaria no entanto importantes implicações, a principal seria, como a marinha britânica poderia "prender" e julgar navios de outras nacionalidades de maneira unilateral? Isto feria o direito internacional, prática como esta

somente seria aceitável num estado de guerra,mas era inadmissível em tempo de paz.

Então surge a necessidade de se proceder a realização de acordos com os países que seriam afetados com tais medidas, isto é, os países praticantes do tráfico negreiro.

Portugal era então na época um grande traficante escravocrata, e assina acordos com a Grã-Bretanha:

1) De 1810; segundo o qual o comércio de escravos para os navios portugueses, deveria ficar restrito somente dentro dos limites do domínio do império português.

2) O de 1815, no qual o tráfico seria ilegal ao norte da linha do Equador.

3) A convenção de 28 de julho de 1817 afirmava que o tráfico português de escravos seria permitido somente ao sul da linha do Equador e dentro dos limites do império Lusitano, e que navios estrangeiros de posse de "mandatos" poderiam fazer busca e apreensão de navios ao norte da linha do Equador quando carregando escravos, e os mesmos, seriam julgados por comissões "mistas".

As comissões mistas eram compostas por membros portugueses e britânicos-juizes, árbitros, escrivões, etc-que ficariam num território britânico da África e no Brasil.Estes tinham as suas decisões "inapeláveis", e caso o navio fosse condenado, seria confiscado, e os escravos libertados,e a tripulação e o capitão seriam julgados por outras autoridades competentes portuguesas.

No caso de o navio ser absolvido pelas comissões,este

seria juntamente com os escravos "devolvidos" aos donos além de ressarcimento por parte de quem os capturava.

Ocorre então que com a Independência, os acordos Portugueses passam a não ter mais validade com o novo governo brasileiro, e surge por parte da Inglaterra a necessidade da elaboração de acordos com o novo país. Agentes britânicos percebiam que este seria um momento bastante propício ao fechamento de acordos anti-tráfico, pois o Brasil estava necessitando avidamente de ser reconhecido internacionalmente como a "mais nova nação do mundo" e ninguém melhor para este reconhecimento do que a Grã-Bretanha, a maior potência da época.

O governo brasileiro resolve aceitar os termos dos tratados, de 1815 e 1817 feitos com Portugal, e as comissões mistas do Rio de Janeiro passam a se chamar anglo-brasileira, ou seja os navios brasileiros passariam a ter o mesmo tratamento dos portugueses envolvidos no tráfico.

Em novembro de 1826 é assinado um tratado de abolição definitiva do tráfico negreiro com a Grã-Bretanha, que deveria entrar em vigor após três anos da data de ratificação-1827-.

O primeiro artigo do tratado anti-tráfico brasileiro afirma:

"Ao fim de três anos a contar da troca de ratificação do presente tratado (a Grã-Bretanha ratificou o tratado a 13 de março de 1827), será considerado ilegal, para os súditos do Imperador do Brasil dedicar-se ao tráfico de escravos africanos sob qualquer pretexto ou maneira, e o exercício desse tráfico por

qualquer pessoa, súdito de Sua Magestade Imperial, após este prazo, será julgado e tratado como pirataria."⁴

O que sucedeu foi que este tratado não foi bem recebido pela sociedade brasileira, que o considerava uma imposição, uma "ingerência" nos assuntos internos brasileiros por parte da Inglaterra.

As autoridades locais ficavam coniventes com o tráfico, e aquelas que tentavam puni-lo ficavam mal vistas e "odiadas". Alguns juizes que tomaram medidas contra o tráfico foram assassinados.

Este tratado não recebeu uma dedicação "séria" por parte dos governantes brasileiros.

Uma revolta de escravos ocorrida na Bahia, fez com que autoridades e fazendeiros ficassem temerosos quanto a segurança da população "branca", num país crecientemente colonizado por uma população antagônica a esta -os escravos-.

Em 1835, influenciado por esta revolta, o governo assina artigos com o intuito de reduzir o tráfico, em complementação ao tratado de 1817, para incluir o fato de que os navios agora poderiam ser caçados pela marinha britânica e serem condenados, mesmo não tendo escravos a bordo, mas existindo "equipamentos" que comprovassem a intenção do delito-a feitura do tráfico- artigo este que não é ratificado pela Câmara.

Os juizes britânicos tinham forte tendência para condenar os navios negreiros brasileiros, nas comissões mistas

⁴ id ibid, pag. 89.

anglo-brasileiras , por causa da presença de "equipamentos negreiros" a bordo dos navios, mesmo esta cláusula não estando presente em nenhum acordo bilateral; pois havia a interpretação de que o mesmo se dedicava pelas provas, a um comércio "ilegal", e vários navios foram condenados.

Nas comissões anglo-brasileiras da África -Serra Leoa- raramente estava presente algum comissário brasileiro.

Fato muito freqüente era o de traficantes utilizarem "bandeiras" de nacionalidades que não tivessem feito acordos com os ingleses, como por exemplo os Estados Unidos, como forma de tentar despistar seus captores.

Um fato "grave" para a Grã-Bretanha foi ao mesmo tempo um mecanismo acelerador do fim do tráfico negreiro; o tratado de 1817 com o Brasil, que dava direitos aos vasos de guerra britânicos de "inspecionarem" e "capturarem" navios brasileiros envolvidos no tráfico, se expiraria em 1845.

Chegando em 1845, a Inglaterra sabia que o Brasil daria este acordo por encerrado, e conseqüentemente o combate inglês ao tráfico ficaria completamente comprometido, senão invalidado. Foi então que a Inglaterra resolveu interpretar o acordo de 1826 com maior rigor, e especificamente no primeiro artigo que se referia como "pirataria" o ato de traficar escravos.

Lord Aberdeen criou um projeto no qual, o comércio brasileiro de escravos passaria a ser encarado como pirataria, e os navios envolvidos em tal crime, seriam julgados por tribunais do almirantado, e caso condenados seriam dados a Inglaterra ou seriam

Alv. Br.

desmontados e vendidos.

A "Bill Aberdeen" se baseava legalmente no primeiro artigo do tratado de 1826 e na interpretação de que o tráfico era pirataria, e portanto a Grã-bretanha tinha o direito de combatê-la, já as autoridades brasileiras não reconheciam tal interpretação e achavam que era somente o Brasil que deveria considerar piratas seus súditos.

Entre 1845 e 1850 foram capturados 378 navios traficantes de escravos para o Brasil, mesmo apesar disto o tráfico não parou.

Navios ingleses chegavam a invadir águas territoriais brasileiras nas capturas, e destruíram navios negreiros brasileiros dentro dos portos do país.

A situação entre Brasil e Inglaterra, após a suas últimas incursões nos portos brasileiros chegaram quase a um estado de guerra.

Finalmente as autoridades brasileiras, chegaram a conclusão de que a única maneira de fazer respeitar os seus limites territoriais e sua soberania, seria a aprovação de uma lei anti-tráfico que "realmente funcionasse", e convencesse a Grã-Bretanha.

O projeto de lei anti-tráfico da autoria de Eusébio de Queiros, foi rapidamente aprovado pela Câmara dos deputados e pelo Senado e pelo Imperador em 1850, e foi posto em prática com todo o rigor e zelo pelas autoridades brasileiras, o que efetivamente levou ao fim do tráfico negreiro. As estimativas do tráfico poem em evidência o desaparecimento do mesmo.

2) AS MODALIDADES DE INSERÇÃO DO TRABALHO LIVRE NA ECONOMIA

CAFEZEIRA:

A partir da segunda metade do séc.XIX, por influência do "Bill Aberdenn" imposto pela Inglaterra foi "extinto" o tráfico negreiro, - via aprovação da lei Eusébio de Queiroz -, o que fazia com que países como o Brasil se vissem "incapacitados" de importação de mão-de-obra "escrava" para o desenvolvimento da sua agricultura, especificamente a do café; para se ter uma idéia da evolução desta cultura, veja os dados concernentes a produção cafeeira no estado de São Paulo. *

TABELA 1.

Ano	Produção- arrobas	variação-%
1836	590.066	
1854	3.534.256	10,45% a.a
1886	10.374.350	3,42% a.a
1920	22.098.861	2,25% a.a

Títulos

note observamos através desta tabela que a produção cafeeira cresce a uma expressiva taxa e visto que a partir da segunda metade do Séc.XIX ocorreu o fim do tráfico escravo, é possível perguntar

*Milliet, Sérgio; Botairo do Café e Outros Ensaio; Contribuição para o Estudo da História Econômica e Social do Brasil, 4. ed. revista e aumentada, São Paulo, editora Hucitec-INL/MEC, 1982, (1985.), pag 21 e 22.

qual foi a solução para se aumentar a produção agrícola, visto que necessitávamos de "braços" para a agricultura.

A princípio houve uma migração interna através da comercialização de escravos das zonas decadentes de outras províncias do império para as zonas "ávidas" por mão-de-obra escrava, contudo este veio migratório não, era efetivamente o suficiente para a "grande" e promissora lavoura do café, isto fazia com que o preço dos escravos se elevasse muito, principalmente após 1850.

Então se fez o uso da "imigração européia", e do velho continente milhares de pessoas vieram ao nosso país, tentar uma nova vida.

No começo os trabalhadores eram introduzidos no país "via iniciativa privada", para trabalhar em fazendas de café no sistema de "parceria", ou seja os trabalhadores ganhariam somente pelo que produzissem, -uma parcela do excedente agrícola-. Por este sistema o empregador custeava todas as despesas da família "colona" com transporte desde o seu país natal até as fazendas de café, bem como gêneros alimentícios e instrumentos, etc, necessários a família.

Todos os custos envolvidos na introdução da família colona eram "amortizados" a partir do momento que a mesma começasse a produzir, ou seja uma parte da renda "familiar" era utilizada para pagar suas dívidas.

As primeiras tentativas de utilizar o trabalho livre não deram certo, e geraram muitos conflitos entre fazendeiros e

colonos.

Os colonos já iniciavam suas "novas vidas" no país com uma grande dívida, montante este que em boa parte já "corroía as bases" da esperança de se tornarem "senhores de suas próprias terras", deve-se considerar ainda que havia um período de tempo longo entre a maturação do cafeeiro e o recebimento do dinheiro pelo seu trabalho.

Decorrente desse e de outros fatores ocorria um certo desinteresse por parte do "colono" em tratar do café, enquanto que a agricultura de subsistência recebia uma especial atenção por parte dos mesmos, pelos resultados mais imediatos.

Os colonos podiam plantar entre os cafezais, antes do início de sua produção. O espaço de tempo entre a plantação do cafeeiro e a sua primeira produção era de 4 a 5 anos.

Por parte dos fazendeiros, este sistema tinha um grande risco, visto que para a instalação da família imigrante os mesmos tinham de desembolsar grande capital de imediato e com o perigo de não o reaver em sua totalidade, no caso do descumprimento da família de seu contrato de parceria com o fazendeiro.

Os problemas decorrentes do sistema de "parceria" tiveram inclusive repercussões internacionais, fazendo com que alguns países exportadores de mão-de-obra chegassem quase a proibir que seus cidadãos fossem enviados a São Paulo (Suíça e Prússia). Houve uma tentativa ainda de utilizar trabalho livre via o pagamento por serviços prestados, o que também não funcionou. Este sistema era praticado da seguinte forma: o trabalhador ganharia por

serviços delimitados, relacionados ao beneficiamento do café, ex: a feitura de carpas, etc. O que ocorria era que a qualidade do serviço praticado não era das melhores, pois os trabalhadores não ganhavam por "produtividade" ou "qualidade" do café, além do que permanecia neste contexto uma dívida que era um compromisso que os aprisionava ao dono da terra.

O sistema que predominou na agricultura do café, foi o do "colonato". Neste o colono ganhava a produção da primeira safra no quarto ano, e parcela das seguintes. Durante a implantação os produtos de subsistência eram divididos e após, havia uma área destinada ao plantio de subsistência.

A partir de 1861 o estado de São Paulo passa a pagar 50% da passagem do imigrante europeu, e já em 1865 quando os preços do café estão em alta, e a solução da questão da falta da mão-de-obra se torna "urgente", passa a arcar com todos os custos da imigração.

A vinda de trabalhadores livres ao país era possibilitada também através de contratos do governo de São Paulo com empresas privadas, das quais a mais importante era a "Sociedade Promotora da Imigração", dirigida por Visconde de Parnaíba.

O império passa também a empregar recursos para o incentivo da imigração valendo-se de 1/3 dos recursos de um fundo para a emancipação dos escravos. X

Com a grande imigração europeia subvencionada pelo estado brasileiro, os milhares de trabalhadores que aqui chegavam iam se integrando a economia brasileira via o sistema do colonato, e não através do sistema assalariado "puro". Grande parte desta

imigração não é retida no campo e consegue se dirigir para as cidades dando origem a uma intensificação na divisão do trabalho e fortalecimento do mercado interno.

Os excedentes produzidos pela agricultura cafeeira encontram-se na raiz do crescimento urbano e no desenvolvimento da industrialização que vai se intensificar após 1890.

3) CAFÉ, IMIGRAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO:

3.1) UMA MUDANÇA QUALITATIVA NA ECONOMIA BRASILEIRA

A agricultura brasileira de exportação teve na sua evolução histórica, produtos considerados fundamentais, e para se ter um conhecimento desta evolução os seguintes dados são elucidativos:

TABELA 2.

Porcentagem dos principais produtos na exportação²
em %

Produtos	1821/30	1831/40	1841/50
açúcar	30,1%	24,0%	26,7%
algodão	20,6%	10,8%	7,5%
café	18,4%	48,8%	41,5%
couros e peles	13,6%	7,9%	8,5%

Tabela

esse peso
ou em valor?

valor

route

Através desta tabela se observa que a partir da terceira década do Séc. XIX, o café passa a ser o líder das exportações desbancando o açúcar, como principal fonte de recursos externos. Este era o começo da hegemonia da economia cafeeira, que durante muito tempo se tornaria a grande geradora de riquezas e divisas. A atividade "alavancadora" do desenvolvimento econômico-

² Pessamilio, Herói M. Rebelo, A Dinâmica Social do Café, In: O Café no Brasil, Ministério da Indústria e do Comércio, Instituto Brasileiro do Café, 1978, (180 p.), pag. 26.

industrial do Brasil.

O plantio do café podia ser intercalado por culturas alimentares, milho, cereais, feijão, etc, pode-se interpretar este fato sob dois pontos de vista:

a) Estas "culturas" poderiam ser utilizadas como uma forma de se "atrair" e "manter" os emigrantes, garantindo-lhes a alimentação, e isto era fundamental ao imigrante, uma fonte de alimentação segura.

"(90) como notou Denis, os trabalhadores, muitas vezes, estavam mais interessados nas cláusulas de seus contratos concernentes as culturas alimentares do que naquelas que determinavam os salários op.cit. pp 202-203. "7

b) Sob um ponto de vista do fazendeiro se pode concluir que esta atitude -permissão de culturas alimentares- barateava o seu custo de mão-de-obra e lhe garantia uma força de trabalho mais estável para o tratamento do café.

É importante também como afirmamos, pensar no "excedente" de alimentos que o meio rural produziria para garantir o crescimento dos centros urbanos.

Um questionamento que se poderia fazer, é o seguinte:

⁷Stolcker, Verena; Cafeicultura, Homens, Mulheres, e Capital (1850-1980); São Paulo; Editora Brasiliense; 1986, (410 p.), pag. 45.

Salto
Gaucha unidária
Qualitativa

Porque a indústria nacional não se desenvolveu sob um regime escravista? Alguns responderam que foi a ausência de "proteção" que fez com que a indústria não florescesse, mas isto não é verdade, pois temos que haviam algumas barreiras aos produtos industriais importados, como por exemplo:

i) Os custos de transporte, que não eram nada "desprezíveis" na época.

ii) As desvalorizações cambiais.

iii) Em 1844 com a tarifa "Alves Branco" é tributado a maioria dos produtos estrangeiros em 30%.

Além do mais haviam alguns incentivos à indústria nacional:

i) Isenção tributária da importação de máquinas, impostos internos e externos.

ii) Em 1847 houve uma dispensa de direitos alfandegários às fábricas brasileiras.

Concluimos portanto que o nível de proteção não foi baixo, principalmente a partir da década de 40 do séc XIX. Mas nem, por isso a indústria "nacional se desenvolveu", a partir daí.

Poder-se-ia pensar, porque a indústria não se instalou sob uma base de trabalho escravo, ou seja uma "indústria-escravista"? Esta pergunta é respondida mostrando as desvantagens da indústria-escravista em relação a indústria-assalariada:

1) Haveria um custo extra na indústria-escravista, relacionado ao pagamento de trabalhadores destinados a "coação" dos operários, e

que não ocorreria na indústria-assalariada;

"Com referência ao escravismo brasileiro, já na derradeira década de sua trajetória histórica, salienta Louis Couty que eram precisos mais feitores para vigiar 300 escravos de uma fazenda de café do que contramestres para daí 1.200 operários livres:"(...) uma nova e importante diferença no preço do custo do trabalho"(44) ".⁸

ii) Poder-se-ia ainda questionar qual o motivo de se instalar uma "indústria-escravista", de demanda "incerta" numa sociedade em que se plantando o "café" se tinha a garantia de "compra"!

iii) Outra indagação possível de se fazer seria, qual a "demanda" por artigos "populares"- indústria com baixa "densidade de capital"- numa sociedade de extrema "concentração" de renda -escravista-, ou caso a indústria fosse voltada para artigos de "luxo" -indústria mais intensiva em capital-, o seu investimento não seria bastante grande e talvez até incompatível com o tamanho do "reduzido" mercado consumidor, composto por comerciantes, Senhores de Escravos, Funcionários Públicos, etc.

Voltando a questão de que impedia a industrialização, se chega a conclusão que não era possível a "formação" de uma indústria-escravista. A única solução para a indústria nacional seria a do tipo assalariada.

⁸ Corander, Jacob, O Escravismo Colonial, 4.ed. revista e ampliada, São Paulo, Editora Ática, 1985, (624 p.), pag 62.

A introdução de uma indústria tipo assalariada, tinha um sério "impedimento", pois não haviam braços suficientes e preparados para a mesma, como afirma João Manuel Cardoso de Mello valendo-se de uma citação de Boris Castro⁹

"(A industrialização está obstada) pela falta de uma população superabundante que impelida pela necessidade, procure desenvolver por vários meios a atividade industrial ou se submeter ao regime monótono das grandes fábricas e cuja civilização a tenha convencido que a natureza nunca é assaz liberal para fornecer espontaneamente tudo que exige sua própria civilização. (61)".

É citado ainda na mesma página pelo autor:

"Há homens, mas o mercado de trabalho está vazio, porque os homens em quantidade superabundante, não podem ser submetidos pelo capital. Por que há falta de suficientes trabalhadores livres quer dizer de homens despojados de meios de produção e de subsistência ?".

Ou seja, é observável que na época havia uma "carência crônica" de trabalhadores "proletarizáveis".

Com a introdução das ferrovias e o beneficiamento industrial do café, ocorre a introdução de trabalho assalariado, sem deslocar trabalho da agricultura, e ainda economiza trabalho escravo:

"Não é difícil entender que a estrada de ferro, muito especialmente, e a grande indústria do beneficiamento reforçam a

⁹ Mello, João Manuel Cardoso de, 3. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, (182 p.), pag. 77.

economia mercantil-escravista ao poupar trabalho escravo..."¹⁰

Mas se entende também que esta poupança é inócuo para a questão de uma mão-de-obra industrial.

Portanto havia um entrave para a industrialização brasileira, e um dos motivos principais para isto, era a "escassez" de trabalhadores proletarizáveis, escassez esta que começou a ser amenizada com o advento da grande imigração européia para o Brasil, esta evolução pode ser apreciada na tabela a seguir:¹¹

TABELA 3.

Evolução da imigração européia para o Brasil 1885-1913.

Ano	Imigração	Imigração acumulada
1885	36.440	36.440
1886	33.486	69.926
1887	55.963	125.889
1888	133.253	259.088
1889	65.946	325.088
1890	107.474	432.562

¹⁰ib. ibid. pag.81.

¹¹ Tabela 2; Imigração anual bruta para os Estados Unidos, Argentina e Brasil, e indicadores econômicos de países selecionados - 1885 / 1913 (série anual); pag. 142/143, Boianovisky, Mauro; A Expansão Cafeteira e o Movimento Imigratório (1880-1930); In O café no Brasil; Ministério de Indústria e do comércio, Instituto Brasileiro do café, Rio de Janeiro, 1976.

1891	216.760	649.322
1892	86.203	735.525
1893	134.805	870.330
1894	60.984	931.314
1895	167.618	1.098.932
1896	158.132	1.257.064
1897	146.362	1.403.426
1898	78.109	1.461.535
1899	54.629	1.536.164
1900	40.300	1.576.464
1901	85.306	1.661.770
1902	52.204	1.713.974
1903	34.062	1.748.036
1904	46.164	1.794.200
1905	70.295	1.864.495
1906	73.672	1.938.167
1907	58.552	1.996.719
1908	94.695	2.091.414
1909	85.410	2.176.824

1910	88.564	2.265.388
1911	135.967	2.401.355
1912	180.182	2.581.537
1913	192.683	2.774.220

Forte

A grande imigração para o país foi por um lado decorrente da grande "necessidade" da lavoura cafeeira e "subvenção" dada pelo Estado, ainda que os recursos provinham da própria atividade cafeeira, via taxas sobre exportação.

Por outro lado a imigração europeia para o Brasil, sobretudo da Itália (60% dos emigrantes) decorreu da desestruturação do campesinato europeu envolto em grande crise que propeliu as populações a buscar melhores condições de vida. O desenvolvimento da acumulação cafeeira serviu de atrativo a essas populações, enquanto na mesma época Argentina e Estados Unidos atravessavam crise e desemprego. Para se ter uma idéia da carência de trabalho decorrente da cultura cafeeira, veja os dados¹⁵ a seguir:

¹⁵Ib. Ibid, pag 146.

TABELA 4.

"Tabela 4"

Estimativas das Necessidades de Trabalho da Atividade Cafeeira de São Paulo (região metropolitana de Santos), em milhares de trabalhadores, 1887-1913.

Ano	Necessi. de trab.	Ano	Necessi. de trab.	Ano	Necessi. de trab.
1887	77	1896	193	1905	357
88	86	97	216	06	408
89	95	98	238	07	400
90	112	99	269	08	398
91	119	1900	310	09	384
92	121	01	334	10	380
93	117	02	327	11	382
94	133	03	303	12	378
95	157	04	324	13	403

O número acumulado de imigrantes que entrou no país no decorrer do período 1887/1913, foi 2.704.294, e existe indícios de que parte dessa mão-de-obra "imigrante" se deslocou para os centros urbanos, constituindo, uma oferta de trabalho "barata" e "abundante" para o início do processo de industrialização

Tabela

Tabela

brasileiro.

Os colonos imigrantes saíam das lavouras para as cidades, e em parte esta "mudança" ocorria após os mesmos terem feito uma "poupança" com a atividade cafeeira.

"Desde as mais diminutas e insignificantes máquinas até as mais importantes motores...nos quais se ocupam milhares de operários de ambos os sexos, infelizmente nem ao menos 10% são nacionais"¹³

"Em 1913, na fase de intensa construção civil, calculava um contemporâneo que 4/5 dos pedreiros de São Paulo fossem italianos.(185)."¹⁴

Ou seja através destas citações é conclusivo que a população "urbana" da região cafeeira estava repleta de estrangeiros.

Comparando-se a questão da mão-de-obra com o número de estabelecimentos industriais, é de capital importância uma interpretação dos dados abaixo¹⁵:

¹³(comentário de Bandeira Jr.)Paula Bielgman;Formação do povo no complexo cafeeiro; pag.121.

¹⁴Idem(nota 10),excetuando-se que esta é um comentário da própria Paula Bielgman.

¹⁵Observação: certamente neste período foram fundadas mais indústrias mas que chegaram a falir.

TABELA 5.

Resultados Gerais de Inquérito Industrial, Segundo Gêneros de Indústria 1912^{1a}. (Data da fundação)

Total de estabelecimentos	Até 1849	De 1850 a 1869	De 1870 a 1889	De 1890 a 1909
9.475	67	87	482	4.303

De 1910 a 1913	S/ designação.	Capital aplicado em contos de réis	Força motriz(HP)	Pessoal empregado
4.426	107	485.011	93.118,7	144.520

Nota-se que no período de 1890 a 1909 sucedeu a fundação de 4.303 indústrias que é mais que o sextuplo do número de indústrias fundadas anteriormente - ainda em funcionamento no ano de 1912- e é exatamente neste período que se acelera o grande fluxo imigratório para o país.

O período de 1890 a 1909, segundo a tabela de imigração - tabela c-, (não contabiliza os retornos dos imigrantes a seus países natais, ou a sua re-imigração para outros países). Entraram

^{1a} IBGE, Estatísticas históricas do Brasil; Séries estatísticas retrospectivas; volume 3; Séries econômicas, demográficas e sociais 1550 a 1985; Rio de Janeiro; 1987; pag. 343.

no país 1.851.736 pessoas, ou seja se percebe uma relação entre o período de vultosa imigração e o de grande expansão industrial. Existe uma relação direta entre o número de imigrantes e o número de estabelecimentos industriais.

É comprovável portanto que a carência crônica da indústria brasileira por "proletários", estava sendo sanada pelo processo imigratório.

Uma argumentação plausível é a de que não foi somente a abundância de "trabalhadores" que gerou uma condição favorável à expansão industrial. O café foi o grande responsável pelo início da industrialização em virtude dos recursos tanto financeiros - capital, divisas externas, etc- quanto humanos- mão-de-obra-.

A emigração foi um "processo" a "reboque" da acumulação cafeeira, mas este processo contribuiu para o surgimento de um sistema de trabalho assalariado de porte nos centros urbanos. No meio rural a introdução do colonato, foi indubitavelmente um sistema mais "distribuidor" de renda do que o "escravocrata".

É verificável portanto que tanto no campo quanto na cidade se formou um mercado potencial consumidor de artigos industriais, preferencialmente para bens de salário.

Um outro fato que é capaz de destacar a relação entre "aumento" da população e conseqüentemente da demanda por artigos industrializados é fazer uma análise das importações¹⁷:

¹⁷Pessamílio, Herci maria rebelo; A dinâmica social do café ; In: O café no Brasil, Rio de Janeiro; Ministério da Indústria e do comércio, Instituto brasileiro de café, 1978, pag.26.

TABELAS 6. (Importações brasileiras 1839-44, 1870-75 e 1902-04)

	1839-1844	1870-1875	1902-1904
Vestuário e calçado	53,2%	49,1%	17,3%
alimentícios	21,0%	19,6%	28,6%
utensílios	6,6%	10,7%	7,7%
carvão	1,0%	3,5%	5,5%
máquinas	0,2%	2,9%	5,4%
outros	18,0%	14,2%	35,5%

Investigando os três períodos distintos (1839-1844; 1870-1875; 1902-1904) é observável que existe um grande predomínio da importação de bens de consumo. Contudo gradativamente a importação de bens de capital - máquinas - e insumos industriais - carvão - vão aumentando a sua participação nas importações e ao mesmo tempo a percentagem de "vestuário e calçados" vão diminuindo.

No período a população estava aumentando ao mesmo tempo que o número de indústrias estava crescendo, especialmente de 1870-75 a 1902-04, que é um período de grande relevância neste estudo. Isto já pode ser detectado como um princípio de uma "substituição" de importação, ou seja a produção interna dos artigos relacionados a indústria têxtil-vestuário- e calçados, estava tomando o mercado das importações.

Um fato que não deve ser negligenciado é que conforme

informações dos dados expostos na tabela, as importações estavam crescendo bastante.

TABELA 7.

1823-1900: Balança de Comércio do Brasil^{1B}

(em milhares de contos de réis)

Anos	Exportação	Importação	Balanco
1823	20.7	19.4	+1.3
1824	19.2	24.1	-4.9
1825	21.4	22.8	-1.4
1826	16.6	18.7	-2.1
1827	24.9	26.9	-2.0
1828	32.1	31.9	+0.2
1829	33.4	35.5	-2.1
1830	35.1	42.0	-6.9
1831	32.4	33.5	-1.1
1832	31.6	32.2	-0.4
1833/34	33.0	36.2	-3.2
1834/35	32.9	36.5	-3.6

^{1B}ib. ibid. pag21/22.

1835/36	41.4	41.1	+0.3
1836/37	34.1	45.3	-11.2
1837/38	33.5	40.7	-7.2
1838/39	41.5	49.4	-7.9
1839/40	43.1	52.3	-9.2
1840/41	41.6	57.7	-16.1
1841/42	39.0	56.0	-17.0
1842/43	41.0	50.6	-9.6
1843/44	43.3	55.2	-11.4
1844/45	47.0	57.2	-10.2
1845/46	53.6	50.6	+3.0
1846/47	52.4	55.7	-3.3
1847/48	57.9	47.3	+10.6
1848/49	56.2	51.5	+4.7
1849/50	55.0	59.1	-4.1
1850/51	67.7	79.9	-12.2
1851/52	66.6	92.8	-26.2
1852/53	73.6	87.3	-13.7
1853/54	76.8	85.8	-9.0

1854/55	90.6	85.1	+5.5
1855/56	94.4	92.7	+1.7
1856/57	114.5	125.3	-10.8
1857/58	69.2	130.4	-61.2
1858/59	106.3	127.7	-20.9
1859/60	112.9	113.0	-0.1
1860/61	123.1	123.7	-0.6
1861/62	120.7	110.5	+10.2
1862/63	122.4	99.1	+23.3
1863/64	131.1	125.6	+5.5
1864/65	141.0	131.7	+9.3
1865/66	157.0	137.7	+19.3
1866/67	156.2	145.0	+11.2
1867/68	185.3	140.6	+44.7
1868/69	207.7	168.5	+39.2
1869/70	197.0	168.2	+28.8
1870/71	166.9	144.7	+22.2
1871/72	193.4	162.2	+31.2
1872/73	215.3	161.4	+54.4

1873/74	190.0	160.8	+29.2
1874/75	208.4	167.5	+40.9
1875/76	178.8	171.6	+7.2
1876/77	195.5	153.8	+41.7
1877/78	187.4	160.9	+26.5
1878/79	206.4	162.3	+44.1
1879/80	221.9	172.7	+49.2
1880/81	225.8	181.0	+44.8
1881/82	209.8	182.2	+27.6
1882/83	197.0	190.2	+6.8
1883/84	217.0	202.5	+14.5
1884/85	226.2	178.4	+47.8
1885/86	191.3	201.5	-10.2
1886/87	365.5	310.8	+54.7
1888	212.5	260.9	-48.4
1889	216.6	316.2	-99.6
1890	272.1	325.2	-53.1
1891	417.7	322.6	+95.1
1892	432.3	382.0	+50.3

1893	606.0	328.6	+277.5
1894	601.0	341.5	+259.5
1895	696.3	470.0	+226.3
1896	694.0	533.9	+160.1
1897	669.7	557.4	+112.3
1898	636.2	563.0	+73.2
1899	575.7	374.4	+201.3
1900	946.9	334.1	+512.8

Um outro dado que vem a comprovar a formação de um mercado interno na economia brasileira para os produtos industrializados decorre de uma observação do nível de crescimento urbano das cidades próximas da agricultura cafeeira¹⁹

TABELA 8.

População:	em 1872	em 1890	em 1900	em 1920
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033
Rio de Janeiro	274.972	522.651	811.443	1.157.873

¹⁹ Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística, Sinopse estatística do Brasil 1971, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Rio de Janeiro, volume 1, (436 p.), pág. 68.

Variação de:	1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1920
São Paulo	4,1218% a.a	13,9571% a.a	4,5059% a.a
Rio de Janeiro	3,6324% a.a	4,4972% a.a	1,7935% a.a

Obs: a formula utilizada para o cálculo da variação anual da população é $i = (vf/vp)^{1/n} - 1$.

~~Observando~~ Observando atentamente estes dados, a conclusão é irrefutável: as cidades da zona cafeeira ou próximas ^{as} mesmas cresciam a uma taxa que em muito superava o crescimento vegetativo ~~das mesmas, ou seja~~ ^{era} ^{postulada} uma expansão via a incorporação dos "imigrantes".

Fica claro portanto que dentre algumas funções da agricultura do café na industrialização brasileira a que se destaca é a "liberação" de mão-de-obra do setor primário para a indústria nascente e serviços urbanos.

3.2) COMPARAÇÃO ENTRE ECONOMIA CAFEZEIRA E DO AÇÚCAR.

O café foi uma atividade econômica que se diferencia de outras atividades passadas de nossa economia - o açúcar por exemplo - por causa de um importante fator que foi o "alargamento" do nosso mercado interno para bens de consumo assalariado, consumo este que só é possível a partir do momento que o próprio trabalhador passa a ser consumidor.

A existência destas duas funções trabalhador/consumidor num mesmo indivíduo é possível graças a introdução gradativa do colonato no campo e do trabalho assalariado nas cidades, mas é claro que não foi somente a mão-de-obra que introduzida no país - via imigração - a responsável pela industrialização. O "diagrama" a seguir tenta esquematizar a forma de entendimento da questão:

(a economia cafeeira)

(Output)

Mercado de bens de consumo dos trabalhadores	Surgimento de indústrias	Nascimento do "proletariado"	Aumento dos centros urbanos	Crescimento dos serviços de transporte e financeiro
--	--------------------------	------------------------------	-----------------------------	---

(mixer)

Sistema Económico

divisas externas ex: saldos da B.F	Capitais nacionais e internacionais ex: capitais dos agricultores e das ferrovias inglesas.	Mão-de-obra abundante ex: imigrantes subvencionados.
---------------------------------------	---	---

(input)

Este diagrama tenta mostrar que os "inputs" ou entradas, fatores de produção, quando "misturados" pelo sistema econômico, "mixer", geram resultados, "outputs", saídas que é a consequência de um processo de sinergia entre todos os fatores de produção disponíveis.

A questão do "L" é apenas um item que está interrelacionado com vários outros. É tanto "causa" quanto "efeito" do desenvolvimento econômico brasileiro.

A economia cafeeira se aproveitou dos recursos abundantes dos "mercados externos"- exportação de café, oferta de trabalhadores- e criou um mercado interno para a indústria, o que a difere de outros ciclos econômicos do passado, exemplo do açúcar.

No ciclo do açúcar a renda era extremamente concentrada nas mãos de poucos, e isto inviabilizava a formação de um mercado interno para produtos industriais populares.

Existe uma grande "evasão" de riquezas da colônia via importação de artigos de luxo, além é claro da importação de "L" e/ou bens de capital necessários a produção açucareira.

A riqueza gerada internamente em sua grande parte não é gasta na economia local, se transformando em nova fonte geradora de riquezas para outros setores; isto decorrente da distribuição de renda provocada pelo escravismo.

O diagrama abaixo é uma tentativa de explicação do sistema escravista-açucareiro e tenta mostrar que o sistema açucareiro é inviável em termos de desenvolvimento econômico-industrial por causa do modo de recrutamento da mão-de-obra.

(O ciclo do açúcar)

Consumo de artigos de luxo Importados	Importação de escravos
--	------------------------

(Output)

Sistema econômico

(Mixer)

Divisas externas	"L" escravo	Capital nacional
------------------	-------------	------------------

(Input)

*M. r. cantil
forty?*

Nos "inputs" dos dois sistemas existe uma semelhança "excetuando" o trabalho, a mão-de-obra que em um é escravo e no outro não, mas já em relação aos "outputs" os resultados são bastante adversos sendo que o sistema assalariado-colonato gera

resultados premissores enquanto o "escravocrata" não.

Fazendo uma analogia se poderia pensar num padeiro que faz um bolo com alguns ingredientes e depois faz outro bolo, sendo que adiciona um "ingrediente" que substitui um antigo e o resultado é que o primeiro bolo sai "terrível" e o segundo "ótimo".

A dúvida histórica seria se este componente era o trabalho colonato e depois assalariado em substituição ao "escravocrata". Esta monografia tenta provar que sim.

O fato de ter existido o "exclusivo ^{colonial} metropolitano" - monopólio comercial metropolitano - não é um argumento aceitável para a falta de industrialização brasileira.

Baseando-se esta teoria na comprovação de que o monopólio saqueava recursos da colônia, comprava-se manufaturas da metrópole "artificialmente" caras e se vendia os produtos agrícolas com preços "artificialmente" baixos - isto servia para drenar recursos da colônia para a metrópole, mas isto não era verdade, pois se assim fosse, logo após a Independência ou antes, teria surgido um surto de industrialização no país, fato que não ocorreu.

Uma coisa deve estar clara, é que a partir do momento em que nascia a indústria no Brasil, este nascimento se dava num contexto internacional de indústria já estabelecida no continente europeu, -especialmente a Inglaterra-, e portanto a nossa indústria não é original nem inédita, mas apenas uma "cópia" do que já existia na Europa.

Um ponto interessante seria ver a composição da produção industrial desde o seu início, ou seja qual era o percentual de

estabelecimentos destinados a produção de bens assalariados, bens de capital, etc.

O objetivo aqui é saber até que ponto a formação de um mercado consumidor para "wage goods", contribuiu para a efetiva formação de uma indústria, ou seja se deseja fazer uma análise da evolução e nascimento por setor, produção, concernente aos estabelecimentos dedicados a manufatura de bens consumidos pelos trabalhadores.

Para se ter uma idéia de qual tipo de indústria se instaurou no país, com a implantação do sistema assalariado e crescimento dos centros urbanos, veja os dados da tabela a seguir:²⁰

TABELA 9.

(Valor das importações, e da produção da indústria nacional e a diferença entre os dois valores em 1967)

Artigos	Valor da importação	Valor da produção nacional.	Diferenças para mais ou menos na produção nacional

²⁰ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Séries estatísticas retrospectivas; vol. 2; O Brasil, Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias, Tomo 3-Indústria de Transportes, Indústria Fabril; Co-patrocinio: Confederação Nacional da Indústria, CNI; Rio de Janeiro, 1986, pag 261.

Tecidos de algodão	67.449:817\$	135.025:668\$	+67.525:851\$
Idem de lã	12.069:790\$	11.375:200\$	-694:590\$
Couros preparados	1.873:237\$	15.091:100\$	+13.214:863\$
An. iagem	64:787\$	23.389:730\$	+22.324:943\$
Tecidos de seda	4.593:614\$	1.042:320\$	-3.551:294\$
Gravatas de seda	88:328\$	2.328:000\$	+2.231:672\$
Mobiliário (de madeira)	1.352:796\$	11.760:000\$	+10.407:202\$
Ladrilhos	1.176:574\$	3.309:000\$	+2.132:426\$
Calçado	968:768\$	26.726:900\$	+25.758:361\$
Perfumaria	3.472:996\$	2.061:752\$	-1.391:244\$
Chapéus para cabeça	1.948:839\$	15.384:200\$	+13.435:661\$
Chapéus de sol ou chuva	1.146:453\$	3.729:000\$	+2.582:547\$
Charutos e cigarros	129:343\$	20.318:785\$	+20.189:442\$

Flores artificiais	106:531\$	1.337:500\$	+1.230:969\$
Tintas para escrever e imprimir	309:602\$	968:800\$	+659:193\$
Fósforos	4:450\$	21.275:000\$	+21.270:550\$
Malas e bolsas	207:650\$	2.864:000\$	+2.656:350\$
Luvras	\$	468:000\$	+468:000\$
Produtos cerâmicos	2.774:648\$	10.363:000\$	+7.588:352\$
Barbante e corda de linho e juta	940:144\$	2.382:000\$	+1.441:856\$
Artigos destinados a alimentação:	----- 9 -----	----- 9 -----	----- 9 -----
Açúcar	43:477\$	67.257:366\$	+67.213:891\$
Banha	4.650:314\$	13.485:000\$	+8.834:686\$
Biscoitos	222:280\$	3.282:000\$	+3.059:720\$
Cerveja	333:181\$	22.686:290\$	+22.353:109\$

over

Chocolates e doces	219:713\$	7.888:000\$	+7.668:287\$
Vinagre	153:797\$	(1) 144:000\$	-9:797\$
Charque	17.345:162\$	38.769:300\$	-21.424:138\$
Massas	51:102\$	3.897:485\$	+3.846:383\$
Sal	1.697:172\$	3.126:368\$	+1.429:196\$
Manteiga e queijo	7.751:726\$	6.998:740\$	-752:987\$
Total	133.195:993\$	477.746:515\$	+344.550:522\$

(1) A nossa apuração é muito escassa. Só o Distrito Federal produziu em 1908, como ficou dito, 484:406\$.

Analisando esta tabela com dados de 1907, dos principais produtos consumidos e confeccionados pela indústria nacional, nota-se que existe uma preponderância pela produção de artigos que podem ser consumidos pelos trabalhadores.

Os principais produtos da indústria brasileira, podem ser classificados como "bens de salário", o que deve ser interpretado, que a maior parte da indústria nacional produzia em virtude de uma grande massa de trabalhadores proletarizados.

A indústria nacional estava se desenvolvendo graças a formação de um mercado interno, proporcionado pelo sistema "assalariado", e estava se tornando um setor importante na economia;

"Surpreenderá entretanto a muita gente que, apesar de

Foules

todas essas deficiências, um inquérito industrial chegue a apurar, como nós apuramos, o capital de 665.576:653\$, empregado em 3.258 estabelecimentos industriais, dando trabalho a 151.341 operários e produzindo mercadorias no valor de 741.836:198\$000. É evidente que mediante um inquérito perfeito a produção deve atingir ou ultrapassar a cifra de um milhão de réis. O café e a borracha, que constituem o fundamento da exportação do país, produziram em 1907, último ano cuja estatística publicada é completa, 671.285.114\$000. Isso quer dizer que a nossa produção industrial, que só parte insignificante terá sido exportada, foi superior a toda exportação de café e borracha, produtos que são apontados à toda consideração dos poderes públicos, como sendo as fontes principais da nossa riqueza."²¹

A seguinte tabela mostra as vinte e sete indústrias mais importantes do Brasil, o capital, e sua produção anual, além da relação produção/capital. - 1907-."²²

TABELA 10.

INDÚSTRIAS	CAPITAL	PRODUÇÃO	P/C
Tecidos	268.370:903\$	171.110:313\$	63,7%

²¹ Id. Ibid, pag 265. (260)

²² Id. Ibid, pag 266.

Açúcar	74.061:589\$	67.257:368\$	90,8"
Cerveja	27.555:800\$	22.886:290\$	82,3"
Fundição	22.964:000\$	31.825:240\$	137,7"
Fósforos	17.060:000\$	21.275:000\$	124,7"
Moagem de Cereais	16.416:300\$	39.359:500\$	233,7"
Sabão e Velas	15.145:600\$	22.039:715\$	145,3"
Serrarias e Carpintarias	14.488:000\$	31.379:000\$	216,5"
Erva Mate	14.250:000\$	22.573:000\$	158,4"
Fumos	12.950:919\$	20.318:765\$	156,6"
Cal e Cimento	11.259:500\$	4.976:340\$	44,1"
Produtos Cerâmicos	10.547:305\$	10.363:000\$	98,2"
Refinação de Açúcar	10.437:765\$	15.413:760\$	147,6"
Chapeus	10.417:000\$	15.364:200\$	147,7"
Calçado	10.117:000\$	26.726:960\$	264,1"
Sal	9.461:000\$	3.126:368\$	33,0"
Preparo de Couros	9.465:000\$	15.091:100\$	159,1"
Material de Transporte	8.429:000\$	11.013:884\$	130,6"

Bebidas Alcoólicas e Gasosas	6.630:971\$	9.211:658\$	138,9"
Produtos químicos	6.502:000\$	10.212:000\$	157,2"
Charque	6.277:000\$	38.768:000\$	617,6"
Móveis	6.083:000\$	11.768:000\$	194,9"
Papel e Papelão	5.083:000\$	3.887:000\$	76,4"
Banha	4.350:000\$	13.465:000\$	310,0"
Óleos e Resinas	3.390:800\$	4.490:840\$	132,3"
Chapeus de Sol	3.221:000\$	3.729:000\$	115,7"

A indústria nessa época - 1907- já começava a ser uma atividade de grande significância na economia.

É conclusivo que, pelos dados anteriormente analisados, a indústria está basicamente voltada para a produção de artigos populares, "wage goods", existe uma hegemonia em termos de concentração de capital, e produção neste setor industrial.

A localização das principais indústrias nacionais, se concentra em torno das regiões cafeeiras; e como prova disto veja, a localização da principal indústria da época.²⁹

²⁹ Id. Ibid, pag268.

TABELA 11.

Indústria de Tecidos.

A=Número de fábricas; B=Operários; C=Total de fábricas.

Done

ESTADOS	A	CAPITAIS	PRODUÇÃO ANUAL	B
Distrito Federal	22	76.032:259\$000	42.639:332\$000	10.261
S. Paulo	30	54.083:690\$000	44.990:510\$000	9.732
Rio de Janeiro	25	46.329:457\$000	22.674:900\$000	7.146
Pernambuco	8	19.241:660\$000	9.844:073\$000	3.700
Minas Gerais	37	17.734:372\$000	13.647:151\$000	4.792
Bahia	13	16.258:400\$000	10.661:650\$000	4.060
Maranhão	13	11.382:900\$000	4.852:992\$000	3.762
Rio Grande do Sul	9	8.695:000\$000	9.026:000\$000	2.413
Alagoas	5	5.489:387\$000	4.134:764\$000	2.060
Sergipe	4	4.458:400\$000	2.616:105\$000	1.268
Ceará	6	2.405:000\$000	1.608:000\$000	562
Paraíba	1	1.776:000\$000	1.151:921\$000	561
Santa Catarina	13	1.702:000\$000	534:820\$000	360
Piauí	1	1.369:878\$000	966:700\$000	289

Rio Grande do Norte	1	875:000\$000	739:500\$000	320
Paraná	5	675:000\$000	150:300\$000	171
Espírito Santo	1	160:000\$000	362:500\$000	50
Total	C	268.370:903\$000	171.110:916\$000	51.992

C=185.

Fonte

O processo de imigração, que foi um reflexo do desenvolvimento da economia do café, gerou um mercado interno de grandes dimensões para artigos populares nos centros urbanos da região cafeeira, e induziu o processo de industrialização nestas áreas, pois de acordo com os dados, uma indústria voltada para bens de salário, a de tecidos, está bastante concentrada nesta região, 65,75% de todo o capital desta indústria no Brasil está nos três estados da região cafeeira, ou seja Distrito Federal- atual Rio de Janeiro -, São Paulo e Rio de Janeiro.

A passagem do trabalho escravo para o assalariado foi um processo impulsionado pela economia cafeeira, decorrente de uma carência de mão-de-obra, carência esta que em virtude da nova conjuntura internacional e nacional, não podia mais ser suprida por trabalhador escravo, e a introdução do trabalho livre e assalariado fez surgir a industrialização brasileira.

CONCLUSÃO:

1. O presente relatório tem por objetivo apresentar a situação atual da empresa, bem como os resultados alcançados durante o período analisado. Os dados foram coletados através de pesquisas e entrevistas realizadas com os colaboradores e a administração.

2. Durante o período analisado, a empresa apresentou um crescimento significativo em todos os aspectos analisados, demonstrando uma sólida capacidade de adaptação e inovação.

3. Um dos pontos fortes da empresa é a qualificação dos recursos humanos, que contribui para a eficiência e produtividade das atividades.

4. Entretanto, é necessário identificar as áreas que necessitam de atenção especial, como a melhoria dos processos internos e a otimização dos recursos financeiros.

5. Com base nos dados coletados, pode-se concluir que a empresa encontra-se em uma trajetória positiva, desde que sejam adotadas as medidas corretivas sugeridas.

6. A gestão deve continuar a promover a transparência e a comunicação aberta, visando o alinhamento das expectativas e a realização dos objetivos.

7. Para o futuro, é recomendável a implementação de estratégias inovadoras que possam garantir a sustentabilidade e a competitividade da empresa.

8. A análise realizada demonstra que a empresa possui um potencial considerável, desde que sejam aproveitadas as oportunidades disponíveis no mercado.

9. A conclusão é que a empresa está bem posicionada para enfrentar os desafios do futuro, desde que mantenha o foco em suas áreas estratégicas.

10. O presente relatório serve como base para a tomada de decisões e para a elaboração de planos de ação futuros.

11. Agradecemos a todos os envolvidos no processo de coleta de dados e a quem colaborou para a realização deste trabalho.

Receber

... a partir de 1964, a indústria brasileira passou a ser considerada uma indústria de base, isto é, uma indústria que produz bens de capital e bens de consumo duráveis, e que é essencial para o desenvolvimento econômico do país.

... a indústria brasileira passou a ser considerada uma indústria de base, isto é, uma indústria que produz bens de capital e bens de consumo duráveis, e que é essencial para o desenvolvimento econômico do país.

... a indústria brasileira passou a ser considerada uma indústria de base, isto é, uma indústria que produz bens de capital e bens de consumo duráveis, e que é essencial para o desenvolvimento econômico do país.

... a indústria brasileira passou a ser considerada uma indústria de base, isto é, uma indústria que produz bens de capital e bens de consumo duráveis, e que é essencial para o desenvolvimento econômico do país.

... a indústria brasileira passou a ser considerada uma indústria de base, isto é, uma indústria que produz bens de capital e bens de consumo duráveis, e que é essencial para o desenvolvimento econômico do país.

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..
... ..
... ..



... ..
... ..



↑
↑
↑

staircase =
... ..

machine

... ..
... ..
... ..
... ..